Mentiras Públicas, Verdades Privadas: A Síntese Histórica do Fingimento Brasileiro

Maike Cabral

2025

O Fingimento como Patologia Nacional e a "Virtus Dominandi" Brasileira

No Brasil, a mentira não é apenas tolerada; ela é, em muitos aspectos, a gramática secreta da convivência social e a lógica subjacente dos mecanismos que regem as estruturas de poder. Não se trata aqui da simples inverdade ocasional, mas de um fenômeno mais profundo, estrutural e sistemático: o fingimento enquanto tipicidade do caráter brasileiro.

Este breve estudo propõe que o fingimento brasileiro, entendido não só como a dissimulação deliberada da realidade, mas como um certo tipo de encenação da virtude pela teatralização do bem comum, transcende o mero comportamento individual e se consolida como uma verdadeira patologia moral de caráter nacional (especialmente da classe dirigente). Mais do que um simples traço cultural desprovido de arraigamento íntimo, queremos alertar que, ao longo dos nossos cinco séculos de truculenta e cômica história, o fingimento ascendeu à condição de *virtus dominandi* e se estabeleceu como uma habilidade essencial para o exercício e a manutenção não só do poder (distinguindo-se, em sua profundidade e abrangência, de manifestações similares em outras culturas), mas sobretudo, da própria sobrevivência psicológica e física do indivíduo isolado - refém que é de um ambiente hostil e caótico que maximiza a conduta fingida a ponto de dar a ela créditos de sinceridade pragmática. Antes de mais nada, volvemos nosso olhar à ideia de virtude dominante.

Historicamente, a idéia de *virtus dominandi* tem sido associada a certas qualidades positivas. Coragem, sabedoria, justiça ou até astúcia, dependendo do contexto cultural, são consideradas características nobres que qualificam os indivíduos e os povos em sua estrutura íntima e relacional. No entanto, no cenário brasileiro, está patente que essa potência humana chamada "virtude" se metamorfoseou em algo que traveste o sentido real do conceito. O fingimento, configurando que é como uma uma disposição interna, permanente e movente de ocultar intenções, se tornou, no curso incólume da nossa história, o caráter central da formação da mentalidade do povo em geral. Sendo assim, podemos considerá-la a causa eficiente por detrás das forças de dominação que empreendem, aqui, a mais tácita e disfarçada forma de controle social.

Diferentemente de outras nações onde a hipocrisia pode ser um vício a ser combatido, no Brasil o fingimento - o disfarce, a ocultação de intenções, a targiveração do coração - se tornou uma ferramenta eficaz, tanto de governança quanto de ascensão social. A capacidade de simular compromisso com valores que não se pratica, de encenar uma legalidade que se subverte e de discursar sobre o bem comum enquanto se persegue o interesse particular, tornou-se um pré-requisito para o sucesso nas esferas pública e privada. É essa a "magia do fingimento brasileiro", como apontou o filósofo Olavo de Carvalho, que permite a coexistência de discursos progressistas com práticas

arcaicas que, com a mais tenra fachada democrática, esconde estruturas autoritárias junto à perpetuação de privilégios históricos baseados no mais torpe verniz retórico de "justiça social"[1].

Desde os tempos coloniais, o fingimento tem sido a máscara que o Brasil usa para se apresentar ao mundo (e a si mesmo). Com ele, construiu-se uma nação que finge ser moderna enquanto preserva estruturas arcaicas; que finge ser democrática enquanto exclui o povo da real condução dos assuntos internos; que finge ser justa enquanto é conivente com uma enxurrada de privilégios históricos em que seus detentores não passam de usurpadores imerecidos. A classe política, nesse contexto, não é uma exceção: *ela é a expressão mais acabada de uma sociedade que confunde aparência com verdade*, onde a dissimulação se tornou a regra, não a exceção. O país, por sua vez, sofre e continua a sofrer profundamente com essa dinâmica, pois a ausência de uma base sólida de verdade e integridade moral - não só na conduta externa mas sobretudo no "*produto interno bruto*" (perdoa-me o trocadilho) - corrói qualquer possibilidade de confiança em nossas instituições e nos atores da vida comum (nós mesmos), impedindo marcantemente o desenvolvimento cultural, educacional, civilizacional e, principalmente, espiritual da nação brasileira.

Este breve texto busca apresentar historicamente o fingimento brasileiro entendendo-o não como um simples sintoma cultural de desvio da conduta ordinária, mas como uma preocupante patologia degenerativa da moralidade, marcada pela *cordialidade hipócrita* e pelo *patrimonialismo da esperteza*, que foram erigidos em virtude aí longo de uma caminhada epidêmica e epidérmica em direção ao destino contrário de todos os povos e da própria noção de civilização. Analisaremos essa trajetória em três etapas fundamentais:

1. Colônia como Gênese do Fingimento: As bases do fingimento foram lançadas logo no período colonial, com a imposição de uma ordem social baseada na *dissimulação das contradições* (**Fingimento Genético**).

2. Império como a Maximização do Fingimento: período onde o fingimento se sofisticou e se institucionalizou, especialmente através de um

liberalismo de fachada que coexistia com a *manutenção de estruturas arcaicas* (**Fingimento Naturalizado**)

3. República como a Consolidação do Fingimento: O fingimento se consolidou e se adaptou às novas configurações políticas e sociais da República, tornando-se uma *característica intrínseca da modernidade brasileira* (**Fingimento Normativo**)

Em todas essas etapas, será crucial evidenciar como o desapego ao catolicismo, que historicamente fornecia uma base ética e metafísica para a unidade entre verdade e ação, Esta no

epicentro desta problemática sendo o fator contribuitivo, principalmente, para o distanciamento entre o discurso e a prática, pavimentando o caminho para a ascensão do fingimento como a *virtus dominandi* brasileira. A história do fingimento é, em última instância, a história da nossa dificuldade em sermos verdadeiros — conosco e com o país que fingimos ser.

Colônia: A Gênese do Fingimento

A semente do fingimento brasileiro foi lançada e cultivada já no solo fértil da Colônia. Em geral, embora originàriamente católico, o Brasil colonial não se constituiu sobre os pilares da verdade e da transparência, mas sim, sobre uma complexa teia de dissimulações, hierarquias desconexas e uma profunda ambiguidade moral. A sociedade que aqui se formou era, em sua essência, um teatro de aparências, onde a sobrevivência e o poder dependiam da capacidade de encenar papéis e de ocultar as contradições inerentes ao sistema.

As relações sociais naquele período eram marcadas por uma hierarquia desconexa, ou seja, desvinculada de seu fator real (o catolicismo). A instituição da escravidão, que por si só já exigia um vasto repertório de fingimentos, impregnava de contradição a atmosfera colonial na medida em que se destacava dos valores inerentes ao bojo da civilização ali reinante. Os senhores de engenho, detentores do poder econômico e social, frequentemente se apresentavam como piedosos católicos, benfeitores de suas comunidades e pilares da ordem, enquanto mantinham um sistema de exploração desumano e praticavam violências de toda sorte. Disputavam o “poder decontrole” com os religiosos, e transformavam a recém terra de Santa Cruz em terra de “Vossa Cruz”. Essa dissimulação da crueldade sob o manto da civilidade embebida em falsa religiosidade era o fingimento genético, a crise fundamental de consciências que providenciou a manutenção da ordem social e a legitimação do poder de fato. Tal dinâmica da "casa-grande", como bem retratou Gilberto Freyre, foi o microcosmo tardio dessa ambiguidade, onde a aparente intimidade entre senhores e escravos ocultava uma estrutura de dominação e submissão [2]. O fingimento, nesse contexto, não era apenas um traço individual, mas uma estratégia coletiva para gerenciar as tensões e as contradições de uma sociedade profundamente desconexa em seu senso moral.

Os escravos, por sua vez, também tiveram que desenvolver suas próprias formas de fingimento como tática de resistência e sobrevivência. A obediência aparente, a docilidade simulada, a aceitação passiva das condições de cativeiro eram, muitas vezes, máscaras que escondiam formas sutis de insubordinação, sabotagem e preservação da identidade cultural. O fingimento, para o escravo, era uma ferramenta de sobrevivência em um ambiente hostil, uma forma de contornar a opressão sem

confrontá-la diretamente, um precursor do que viria a ser o "jeitinho brasileiro".

A Igreja Católica, que chegou ao Brasil com os colonizadores, acabou por desempenhar um papel ambíguo na gênese do fingimento, justamente pela dicotomias residente entre a força do controle bruto e o corpo de valores impressos na civilizado portuguesa. Embora a doutrina católica, em sua essência, promova a unidade entre fé e obras, entre verdade e ação, a prática da Igreja no Brasil colonial muitas vezes se desviou desse ideal, não por mera hipocrisia, mas por necessidade de adaptação direta. A evangelização dos povos indígenas e a catequização dos escravos, embora formalmente presentes, frequentemente conviviam com a tolerância à escravidão e a uma moralidade flexível que acabavam por se adaptar - mesmo que estrategicamente - aos interesses dos poderosos. A Igreja, em muitos casos, tolerava os abusos do sistema escravocrata, na esperança de transformação lenta e gradual a partir de sua açaí perene e constante. Mas no fim, acabou cedendi pouco a pouco à avassaladora naturalização da hipocrisia social - haja visto a quantidade famélica de exemplos de santidade que encontramos em nossa agiografia tupiniquim.

Isto desencadeou um processo secular de desapego ao catolicismo em sua forma mais autêntica, ou seja, a perda da centralidade da verdade revelada e da exigência de coerência moral. Este foi um fator crucial para o distanciamento entre verdade e ação na formação da *forma mentis* brasileira. O catolicismo, que deveria ser a bússola moral da sociedade, acabou lentamente se tornando, aqui, um verniz cultural, uma formalidade que permitia a coexistência de uma fé professada com práticas que a contradiziam flagrantemente. A ausência de uma vivência católica profunda e transformadora, que exigisse a conformidade da vida com os princípios da fé, abriu espaço para o desenvolvimento de uma mentalidade onde a aparência e a dissimulação eram mais valorizadas do que a integridade e a coerência. Olavo de Carvalho, em suas análises sobre a cultura brasileira, frequentemente apontou para essa superficialidade religiosa como um dos elementos que pavimentaram o caminho para a hegemonia do fingimento [3]. Mas há um um outro elemento, que somado a esta “fuga” da moralidade e prática genuína da vida cristã, evidenciou a transfiguração da virtude em vício. E este elemento é o patrimonialismo.

Raymundo Faoro, em sua obra clássica *Os Donos do Poder*, demonstrou como o Estado português transplantado para o Brasil manteve seu caráter patrimonialista, em que o público se confundia com o privado, e a lei era um instrumento de encenação, não de justiça [4]. Nesta baila, o poder não era exercido com base em princípios universais ou em um contrato social transparente, mas sim através de relações pessoais, favores e privilégios. Num ambiente de tais moldes, o fingimento era essencial para a manutenção do poder. Os governantes fingiam zelar pelo bem comum, enquanto desviavam recursos e favoreciam seus apaniguados. A burocracia, por sua vez, fingia eficiência,

enquanto operava em benefício próprio e de seus grupos de interesse. Eis a fórmula ideal para o descalabro das intenções retas.

Essa cultura patrimonialista, onde a distinção entre o público e o privado era tênue, tão vaga que parecia mais uma encenação formalista entre políticos e senhores feudais, favoreceu o desenvolvimento de uma mentalidade onde a dissimulação era a norma. A aparência de legalidade e moralidade era crucial para a legitimação do poder, mesmo que as práticas subjacentes fossem corruptas e autoritárias. O fingimento, portanto, não era apenas um acidente moral individual, mas uma característica estrutural do sistema político e social colonial, sedimentado e estabelecendo as bases para sua maximização e propagação nos períodos subsequentes da história brasileira.

Império: A Maximização do Fingimento

Com a Proclamação da Independência em 1822 e a subsequente instauração do Império, o fingimento brasileiro não apenas persistiu, mas se sofisticou e se institucionalizou, atingindo um novo patamar. O Brasil tornou-se uma monarquia constitucional que, paradoxalmente, mantinha a escravidão em larga escala – uma contradição grotesca que expunha a farsa de seu liberalismo de fachada. Esse período é crucial para entender como a dissimulação se enraizou nas estruturas políticas e sociais, tornando-se uma *virtus dominandi* ainda mais refinada e arraigada.

O Império do Brasil adotou uma Constituição em 1824 que, em teoria, estabelecia um regime liberal, com a separação de poderes, direitos individuais e representação política. No entanto, essa fachada liberal coexistia com a manutenção da escravidão como base econômica e social do país. Enquanto as elites louvavam os ideais de liberdade e progresso europeus, sustentavam-se em uma economia baseada no cativeiro humano, uma hipocrisia que Sérgio Buarque de Holanda, ao descrever o "homem cordial", já apontava como um traço da cultura da aparência e da máscara social brasileira [5]. A liberdade era um privilégio de poucos, e a cidadania plena, restrita a homens livres, brancos e proprietários, evidenciando a seletividade e o caráter ilusório do liberalismo imperial.

Essa contradição fundamental – um Estado que se dizia liberal e civilizado, mas que dependia da malfadada escravidão – é a expressão máxima do fingimento da curta era imperial. A lei, nesse contexto, não servia como um instrumento de justiça nacional, mas como um verniz legalista para legitimar e perpetuar a gasta rede de privilégios que teciam a sociedade. A abolição da escravidão, quando finalmente ocorreu em 1888, foi um processo lento e gradual de tentativa de “progresso” (para inglês ver) em consonância ao espírito industrial das potências europeias da época, e não propriamente uma genuína adesão aos princípios de liberdade e igualdade. Lilia Schwarcz, em suas análises sobre

o Império, detalha como a modernidade brasileira foi construída sobre essa base de contradições e dissimulações, onde a aparência de progresso escondia a persistência de estruturas arcaicas [6].

Obviamente, o Império também foi caracterizado por uma forte centralização do poder nas mãos da burocracia estatal. Raymundo Faoro, ao analisar o patrimonialismo brasileiro, destaca como essa burocracia se tornou, no fim das contas, um mero instrumento de controle e de manutenção dos privilégios, operando sob um véu de formalidade e legalidade que escondia a arbitrariedade e o clientelismo [4]. O sistema eleitoral, embora existisse, era manipulado para garantir a perpetuação das elites no poder, com eleições de "cabresto" e fraudes generalizadas. A participação popular era mínima, e a política era um jogo de aparências, onde os resultados eram decididos nos gabinetes e não nas urnas.

Essa "burocracia simuladora", como a chamou Faoro, foi o verdadeiro canal de maximização do fingimento. Os cargos públicos eram vistos como propriedade pessoal, e a distinção entre o público e o privado, na prática, se desfez completamente, permanecendo apenas em sua formulação estamentária. A corrupção, embora condenada em discursos, era uma prática comum, tolerada e até mesmo esperada. O fingimento da legalidade era essencial para mascarar as estruturas autoritárias e a exploração que sustentavam o Império. O Brasil, nesse período, consolidou a imagem de um país onde a lei era apenas uma conveniência para se cumprir formalidades externas, enquanto a realidade interna era regida por outras regras - a maior delas, a regra do ocultamento das intenções não declaradas.

O desapego a qualquer adesão sincera a um catolicismo autêntico, que exigiria uma coerência entre a fé assumida e a vida em ato, continuou a ser um fator crucial para a continuidade do fingimento no Império. Mas, em vista da vasta estrutura burocrática formada a partir de então, esse desapego se tornou mais um requisito de moda do que um sintoma de decadência. Embora o catolicismo fosse a religião oficial do Estado, sua influência moral e ética na conduta das elites e da população em geral era frequentemente superficial. A religião era, por parte das classes dirigentes, compreendida como mais um instrumento de controle social e de legitimação do poder, e não como uma força transformadora que exigisse a adesão a princípios de verdade e justiça. Embora o povo fosse adepto à piedade inerente ao catolicismo, ainda sim, foi impregnado com o ar desilustre da pantomima fantasiosa que soçobrava a nação.

A flexibilização moral, que permitia a coexistência de uma fé professada com práticas que a contradiziam, tornou-se ainda mais evidente. A elite imperial, embora se declarasse católica, vivia em grande parte de acordo com os valores liberais e materialistas da época, sem que houvesse uma

tensão significativa entre esses dois universos. Essa falta de coerência, essa capacidade de viver em dois mundos – o da fé e o da prática – sem que um influenciasse profundamente o outro, é um dos pilares do fingimento brasileiro. Olavo de Carvalho frequentemente ressaltava essa superficialidade religiosa como um dos elementos que contribuíram para a hegemonia do fingimento, onde a forma se sobrepõe ao conteúdo e a aparência à essência [3].

Em suma, o período imperial foi um momento de maximização do fingimento no Brasil. O liberalismo de fachada, a manutenção da escravidão, a centralização do poder e a burocracia simuladora, juntamente com o desapego a um catolicismo autêntico, criaram um ambiente onde a dissimulação se tornou a *virtus dominandi*, a habilidade essencial para navegar e prosperar em uma sociedade marcada pela contradição entre o discurso e a prática. Transplantado isto ao povo, sob a forma de mimetismo herdado do meio ambiente social, as bases para a consolidação do fingimento na República estavam, assim, solidamente estabelecidas.

República: A Consolidação do Fingimento

Com a Proclamação da República em 1889, o Brasil embarcou em um novo ciclo político, prometendo modernidade, progresso e a plena participação do povo. No entanto, o que se viu foi a consolidação e a normatização do fingimento, que se adaptou e se aprofundou nas novas configurações políticas e sociais, tornando-se uma característica intrínseca da modernidade brasileira. A República, em suas diversas fases – da Velha República ao Estado Novo, do populismo à ditadura militar e à redemocratização – demonstrou uma notável capacidade de manter a dissimulação como a *virtus dominandi* essencial não só para a manutenção do poder e a gestão das contradições sociais, mas para a própria reprodução popular através da cultura e do comportamento padrão inferido da noção de cidadania.

Podemos dizer que a República Velha (1889-1930) institucionalizou a farsa política. Embora formalmente democrática (derivado de um golpe, vale dizer), com eleições e partidos, a realidade era de um sistema oligárquico e absolutamente excludente. O "voto de cabresto" e a "política dos governadores" garantiam que os resultados eleitorais fossem previamente combinados nos gabinetes, e não nas urnas. A imprensa, embora existisse, não possuía liberdade real para denunciar as fraudes e as manipulações - o mesmo que dizer: não existia impresa. Construía-se uma República sem povo, onde as aparências republicanas escondiam uma prática aristocrática e ainda mais patrimonialista. Era a política do "faz de conta": faz-se de conta que o povo escolhe, faz-se de conta que a justiça é cega, faz-se de conta que o Brasil é moderno. José Murilo de Carvalho, em suas obras sobre a

formação da República, detalha essa distância entre o ideal republicano e a realidade de uma "cidadania em um país de desiguais" [7].

O século XX trouxe novos ciclos de fingimento, adaptados às complexidades da sociedade de massas e à ascensão de novos atores políticos. O Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945), por exemplo, apresentou-se como um projeto de modernização nacional, de unificação e de progresso, ao mesmo tempo em que concentrava poder, suprimia liberdades individuais e perseguia opositores, tudo no colo de um disfarçado cio pelo regime nazista. O populismo, que marcou grande parte da política brasileira pós-Vargas, fingia defender os trabalhadores e o povo enquanto metodicamente os usava como massa de manobra para a manutenção de líderes carismáticos no poder, sem promover mudanças estruturais significativas. O discurso de inclusão social e de defesa dos mais pobres coexistia com a perpetuação de desigualdades, estagnação do valor nacional e a manipulação das aspirações populares.

A Ditadura Militar (1964-1985), por sua vez, foi justificada como uma "revolução democrática" para salvar o país do caos e do comunismo – enquanto promovia censura, tortura, perseguição política e autoritarismo somente nas esferas de “trincheira”, desenvolvendo seu habitual entreguismo ao abandonar a verdadeira trincheira da educação aos novos e argutos intelectuais de esquerda. A retórica da segurança nacional e do desenvolvimento econômico encobria a incompetência do Estado militar em lidar com questões que estavam para além de suas capacidades intelectuais e estratégicas. Mesmo na redemocratização, o fingimento persistiu. A Nova República trouxe eleições diretas, pluralismo partidário e imprensa livre (em tese) – mas manteve intactas as estruturas de dominação econômica e social, apenas as transferindo para as mãos de um novo estamento burocrático meticulosamente produzido na esteira das novas e conflagradas formas de revolução através do sistema de ensino (desidratado do combate ao comunismo). Fingiu-se uma ruptura onde houve apenas continuidade, e continuidade revolucionária, para uma transição "lenta, gradual e segura" que garantiu a preservação dos interesses das velhas e novas elites. A modernidade brasileira, apesar das aparências institucionais, continuou regida por um jogo simbólico em que a lei é manipulável, os discursos são utilitários e a ética é episódica.

A política brasileira, em especial, tornou-se o teatro privilegiado do fingimento, e todo o povo arrasta pra ela. Esta é a expressão mais acabada da *virtus dominandi* nacional, o momento em que diluídas foram as derradeiras barreiras morais ainda existentes entre o povo e a elite dirigente. Parlamentares juram fidelidade à Constituição e ao povo, mas legislam em causa própria ou em benefício de grupos de interesse. Presidentes prometem reformas e justiça social, mas servem aos interesses de bancadas, lobbies e corporações. Partidos apresentam-se como representantes do povo,

mas vivem de alianças espúrias, loteamento de cargos e marketing eleitoreiro. A corrupção, longe de ser um desvio, tornou-se um elemento sistêmico, muitas vezes operando sob o manto da legalidade formal.

O Congresso Nacional, símbolo maior da democracia representativa, tornou-se um palco de cinismo. Fala-se em "defender a família", mas se promovem leis mortíferas e esquizofrênicas que beneficiam grandes conglomerados econômicos. Invoca-se como lema em cédulas o penhor "Deus seja louvado", mas se negociam acordos e conchavos por elas nos bastidores obscuros do teatro político. Até mesmo esquerdistas natos, como Jessé Souza, apregoam em suas lástimas de jacaré que a elite brasileira se apresenta como moderna e meritocrática, quando, na verdade, é uma continuidade histórica da escravidão travestida de tecnocracia, perpetuando privilégios e desigualdades sob uma fachada de progresso [8]. Está aí a hipocrisia “média” e o moralismo de fachada que permeiam as relações sociais e políticas brasileiras, revelando a dissimulação como um traço intrínseco do caráter nacional [9].

Se as elites fingem por interesse e para manter o poder, o povo, por sua vez, após séculos de sedimentação fraudulenta das intenções morais em seu imaginário e afeto, também desenvolveu suas próprias formas de fingimento, muitas vezes por necessidade e como estratégia de sobrevivência. A cultura do "jeitinho brasileiro" é o fingimento transformado em ferramenta de adaptação e de contorno das regras. Nela, transgredir normas e burlar o sistema é visto como inteligência e esperteza, e não como desonestidade. O "jeitinho" é a estética da solução dissimulada, uma forma de navegar em uma sociedade entrópica que se apresenta como normal, mas que é, na prática, profundamente teratológica.

Tal sociedade deformada foi capaz de gerar a figura do malandro, celebrada na música e na literatura como símbolo do sujeito que, em vez de confrontar o sistema, aprende a contorná-lo – fingindo respeitar a lei enquanto a burla descaradamente. Roberto DaMatta, ao analisar essa figura, mostra que o malandro não é apenas um delinquente social, mas um reflexo da própria ambiguidade moral da sociedade brasileira. Numa cultura onde a ordem é injusta e as oportunidades são desiguais, o fingimento vira resposta, uma forma de resistência passiva e de adaptação [10]. Eis a mentira que se proclama remendo de verdade.

O povo, à duras penas, aprendeu a fingir que acredita nos políticos, que acredita na justiça, que acredita no futuro. Essa atitude, que pode parecer passividade, é, na verdade, uma forma de autoengano coletivo, uma maneira de resistir sem reagir, de suportar a realidade sem confrontá-la diretamente, porque no fundo já não se espera mais nada de sua própria civilização moralmente doente. Esse autoengano tornou-se uma forma de “manter a sanidade” em um ambiente onde a verdade é constantemente distorcida, e a realidade maquiada. Machado de Assis foi talvez o maior

anatomista desse autoengano brasileiro e sua auto dissimulação santificada, revelando uma cultura onde a verdade é frequentemente uma construção subjetiva e utilitária [11].

Em suma, a República consolidou aquilo que percorreu colônia (como um distânciamento gradual do ideal cristão) e império (como adaptação à novas exigências internacionais): o fingimento como *virtus dominandi*. Desde a política do "faz de conta" da Velha República até a modernidade fingida do século XX e a hipocrisia da classe política contemporânea, a mente brasileira demonstrou uma notável capacidade de adaptar a dissimulação às suas diversas fases históricas. O desapego dos valores que geram unidade entre verdade e ação, e a ascensão de uma cultura onde a aparência se sobrepõe à essência, são fenômenos psicofísicos da nação que pavimentaram o caminho para que o fingimento se tornasse a lógica dominante - explicando em grande parte por que o país sofre e continua a sofrer tanto com o problema mais antigo da humanidade: a mentira.

O Espectro do Fingimento e a Crise da Verdade no Brasil

A história das estruturas do fingimento no Brasil, conforme traçada neste exíguo ensaio, é, em grande medida, a história de um desvio erigido em método. A manutenção e propagação desta verdadeira *virtus dominandi* moldou a mentalidade nacional por intermédio das estruturas de poder ao longo do tempo: desde a Colônia, com a gênese da dissimulação nas relações de ambiguidade entre fé professada e ação concreta; passando pelo Império, onde o liberalismo de fachada e a manutenção da exploração da confiança popular maximizaram essa prática; até a República, que consolidou o fingimento em suas diversas fases, adaptando-o às novas roupagens da modernidade. Em cada etapa, a capacidade de simular, de encenar e de discursar sobre valores que não se praticam tornou-se uma habilidade essencial do brasileiro, desde o indivíduo mais banal, até aqueles que alçaram uma posição de poder.

O desapego a um catolicismo autêntico, que historicamente fornecia uma base ética e metafísica para a unidade entre verdade e ação, revelou-se o fator inicial - e crucial - nesse processo. A flexibilização moral e a superficialidade religiosa abriram espaço para que a aparência se sobrepusesse à essência, e a dissimulação se tornasse a norma. A “virtude dominante" brasileira não é a coragem, a sabedoria ou a justiça, mas a arte de fingir, de manter uma fachada de civilidade e legalidade enquanto se perpetuam por toda parte embustes comezinhos que nos induzem a ignorar as reais necessidades e aspirações da vida humana. Essa é a "magia do fingimento" como um traço distintivo da mentalidade brasileira, onde a realidade é constantemente maquiada em favor “da verdade” enquanto recurso retórico, não como um valor moral.

O preço desse fingimento sistêmico é alto. Ele se manifesta na crise da verdade e na corrosão da confiança, instâncias absolutamente caras para as boas instituições e relações sociais. Há muito fingimos ser uma nação ética enquanto naturalizamos a corrupção; fingimos valorizar a educação enquanto sucateamos nossa inteligência em escolas que nada mais fazem do que reproduzir esteriótipos degenerativas; fingimos promover justiça social enquanto perpetuamos desigualdades estruturais enquanto aumentamos o fosso existente entre a massa popular e as ilhas elitistas que nos governam disfarçadamente. A verdade, nesse cenário, é um mero recurso de retórica, manipulável e descartável, e não um valor moral inegociável. Essa ausência de um compromisso ético verdadeiro impede o desenvolvimento de uma alta cultura sólida e de uma sociedade genuinamente decente e próspera.

A classe política, em particular, encarna essa patologia de forma exemplar. Ela deixou de se ser “o problema” e passou a se tornar “o fruto acabado” desta sociedade de máscaras e seu desfile de promessas eleitoreiras que jamais se cumprem. Parlamentares que defendem o "povo" na verdade legislam para grupos econômicos e corporações lobistas. Nosso Congresso é um palco de cinismo, onde se fala em moralidade e se pratica o conchavo. Essa dinâmica gera um ciclo vicioso de desilusão e apatia na população, que, por sua vez, desenvolve suas próprias formas de fingimento – o "jeitinho brasileiro" e a malandragem – como estratégias de sobrevivência em uma sociedade que se mostra intrinsecamente desonesta e mentirosa. O autoengano popular, de fingir acreditar porque já não se espera mais nada do “sistema”, é um sintoma da profunda crise de confiança na verdade que assola o país.

No entanto, há sinais de que o espectro do fingimento pode estar começando a ser desmascarado. O “renascimento católico”, o crescimento da consciência acerca deste problema do fingimento compulsivo nacional e o cansaço generalizado diante da hipocrisia institucional podem abrir espaço para um novo *ethos* político e social. A recente e expontânea reação crítica da sociedade civil têm o potencial de expor as contradições e as dissimulações, forçando uma maior coerência entre discurso e prática. Basta acreditar, não parar e não precipitar e essa pressão por autenticidade, embora ainda incipiente, pode se tornar um dia o catalisador para uma transformação profunda na mentalidade brasileira.

Para que essa transformação ocorra, é fundamental que a sociedade brasileira enfrente o espelho e reconheça o fingimento como uma patologia moral que a impede de avançar. Isso exige uma redescoberta da importância da verdade, da integridade e da coerência como valores fundamentais. A recuperação de uma base ética sólida, que transcenda o mero utilitarismo e o pragmatismo é essencial para a construção de um futuro onde a "virtus dominandi" não seja a dissimulação, mas a virtude

genuína, a busca pelo bem comum e o compromisso inabalável com a verdade. Enquanto a verdade for apenas um recurso retórico, o Brasil continuará a ser governado pela arte de fingir, perpetuando um ciclo de sofrimento e estagnação. A superação do fingimento é, portanto, um imperativo moral e uma condição *sine qua non* para a construção de uma nação verdadeiramente justa, próspera e livre, onde a Verdade seja pública, e a Mentira, extirpada até mesmo da vida privada.

***

Notas

[1] Carvalho, Olavo de. Diversas aulas e escritos sobre a cultura brasileira e a "magia do fingimento". Para uma compreensão aprofundada, recomenda-se a consulta de suas obras como *O Jardim das Aflições* e *O Imbecil Coletivo*, bem como as transcrições de suas aulas e seminários disponíveis em plataformas como o True Outspeak e o Curso Online de Filosofia.

[2] Freyre, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Record, 2000. Obra fundamental para a compreensão das relações sociais no Brasil colonial, destacando a complexidade e as ambiguidades da convivência entre senhores e escravos.

[3] Carvalho, Olavo de. Em diversas análises sobre a cultura e a religiosidade brasileira, Olavo de Carvalho frequentemente abordou a superficialidade do catolicismo no Brasil como um fator que contribuiu para a falta de coerência entre discurso e prática, abrindo espaço para o fingimento.

[4] Faoro, Raymundo. *Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro*. São Paulo: Globo, 2012. Obra clássica que analisa a formação do Estado patrimonialista no Brasil e a perpetuação de uma elite burocrática que se apropria do público para fins privados.

[5] Holanda, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. O conceito de "homem cordial" é central para entender a cultura da aparência e da máscara social brasileira, onde o pessoal se sobrepõe ao institucional.

[6] Schwarcz, Lilia Moritz. *As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um Monarca nos Trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. A autora explora as contradições do Império brasileiro, mostrando como a modernidade foi construída sobre a base da escravidão e da dissimulação.

[7] Carvalho, José Murilo de. *Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que Não Foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. O autor analisa a formação da República brasileira, destacando a distância entre o ideal republicano e a realidade de uma "cidadania em um país de desiguais".

[8] Souza, Jessé. *A Elite do Atraso: Da Escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: Leya, 2017. Jessé Souza atualiza a crítica ao fingimento das elites brasileiras, que se apresentam como meritocráticas e modernas, mas reproduzem práticas excludentes e autoritárias.

[9] Rodrigues, Nelson. *O Óbvio Ululante*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. Coletânea de crônicas onde Nelson Rodrigues expõe a hipocrisia da classe média, o moralismo de fachada e a dissimulação nas relações sociais e políticas brasileiras.

[10] DaMatta, Roberto. *Carnavais, Malandros e Heróis: Para uma Sociologia do Dilema Brasileiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. O autor analisa o papel do "malandro" como figura simbólica do fingimento, da astúcia e da sobrevivência social, revelando a ambiguidade moral brasileira.

[11] Assis, Machado de. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Diversas edições. *Dom Casmurro*. Diversas edições. As obras de Machado de Assis são um estudo profundo do fingimento e do autoengano na sociedade brasileira, revelando a construção subjetiva e utilitária da verdade.

Referências

- Assis, Machado de. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Diversas edições. • Assis, Machado de. *Dom Casmurro*. Diversas edições.
- Rodrigues, Nelson. *O Óbvio Ululante*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- Carvalho, Olavo de. *O Jardim das Aflições*. São Paulo: É Realizações, 2000.
- Carvalho, Olavo de. *O Imbecil Coletivo: Atualidades Inculturais Brasileiras*. São Paulo: É Realizações, 2006.
- Carvalho, José Murilo de. *Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que Não Foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- DaMatta, Roberto. *Carnavais, Malandros e Heróis: Para uma Sociologia do Dilema Brasileiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- Faoro, Raymundo. *Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro*. São Paulo: Globo, 2012.
- Freyre, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

- Holanda, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

- Schwarcz, Lilia Moritz. *As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um Monarca nos Trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

- Souza, Jessé. *A Elite do Atraso: Da Escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

- Transcrições de aulas e seminários de Olavo de Carvalho (disponíveis em plataformas como True Outspeak e Curso Online de Filosofia).